



SOBRE O POLÍTICO

Sidnei Ferreira de VARES¹

Resenha do livro: MOUFFE, Chantal. *Sobre o Político*. 1. ed. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2015. 135 p.

Chantal Mouffe, nascida em 1947, em Charleroi, é uma cientista política belga quase desconhecida do público brasileiro. Pesquisadora experiente, tendo atuado em diversas universidades da na Europa, América do Norte e América Latina, desenvolvendo pesquisas na área da teoria política e dedicando-se, especialmente, ao tema democracia. Atualmente é professora de Teoria Política na Universidade de Westminster, em Londres. Seu mais novo trabalho, “Sobre o Político”, recentemente publicado no Brasil – aliás, o primeiro trabalho da autora traduzido para o português – apresenta uma importante reflexão sobre o campo político, que, além de desconstruir muitas das posições consagradas sobre o tema, ajuda-nos a pensar sobre a essência do universo político.

O livro em questão está estruturado da seguinte forma: um competente prefácio escrito por Katya Kozicki, professora da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Católica do Paraná – que tem o mérito de apresentar panoramicamente ao leitor brasileiro a visão de Chantal Mouffe –, uma breve introdução, seguida de quatro capítulos e da conclusão.

O “Prefácio à Edição Brasileira” situa, de maneira clara e organizada, os argumentos centrais apresentados por Mouffe ao longo do livro. A partir de alguns conceitos-chave, como os conceitos de político, hegemonia, democracia etc., Kozicki perfaz os movimentos da autora belga, explorando não só as características gerais de seu pensamento, mas, sobretudo, as críticas por ela endereçadas ao pensamento pós-político, em especial a Urick Beck e Anthony Giddens, para os quais as rivalidades inerentes ao campo político podem e devem ser superadas.

¹ Doutor e mestre em Educação pela FEUSP. É professor dos Cursos de História, Pedagogia e Filosofia do UniFAI.
V.5, n. 3. p. 214-118, Agos./Dez. 2016.

O primeiro capítulo, “A política e o político”, apresenta inicialmente uma importante distinção de ambas as noções, procurando delimitar o que é da ordem da ciência política (que tem como escopo a política enquanto prática) e da teoria política (que se dedica a refletir a respeito da essência do político), ou, na esteira de Heidegger, uma distinção entre o nível “ôntico” e o “ontológico”. Tal distinção tem um motivo: embora as pesquisas de Mouffe se enquadrem no nível das práticas políticas, portanto no nível ôntico, a autora sustenta que grande parte da incapacidade de se pensar de forma política deve-se à ausência de uma reflexão no nível ontológico, que leve em conta os aspectos passionais – e não apenas os aspectos racionais – que definem o universo político. Ancorada na obra “O Conceito de Político” de Carl Schmitt, sobretudo em sua crítica à abordagem liberal e racionalista do político, Mouffe define o político em termos de antagonismo, isto é, em termos de amigo/inimigo, salientando, pois, a inafastabilidade do conflito nesta esfera. Isso, porém, não torna a autora um mero decalque de Schmitt, muito pelo contrário. A intenção da autora é demarcar sua oposição à perspectiva liberal e, concomitantemente, criar canais democráticos que suponham o respeito às diferenças. Em todo resto, porém, sua postura difere radicalmente da postura de Schmitt, que, como se sabe, definia a democracia como um *demos* homogêneo. Nesse sentido, a preocupação de Mouffe diz respeito ao modo como a distinção amigo/inimigo pode ser compatível com o pluralismo democrático. Destarte, a noção de antagonismo reclamada por Mouffe expressa um conjunto de relações de poder, ou seja, um campo clivado, passional e conflitivo – o que ela chama de “modelo adversarial” –, que é a própria da política democrática.

O segundo capítulo, “Para além do modelo adversarial?”, Mouffe analisa a ideia, inicialmente defendida na década de 1960, sobre a chegada de uma sociedade pós-industrial, que resultaria, mais tarde, no fim das ideologias. Para tanto, a autora se detém no pensamento de dois autores: Ulrich Beck e Anthony Giddens. O primeiro deles ficou conhecido em virtude de seu conceito de “sociedade de risco”, a partir do qual defende que a política não pode ser mais pensada dentro dos espaços tradicionais, sendo atravessada pela dúvida constante. Desta feita, os grupos sociais mais diversos poderiam moldar a política, num exercício de baixo para cima. Já o segundo ficou conhecido pelo conceito de “modernização reflexiva”. Entre suas ideias destaca-se o esvaziamento da dicotomia direita/esquerda, que teria marcado o experimento moderno, em favor de uma “terceira via”, isto é, de uma noção de política não conflituosa. Na visão de Mouffe, os autores acima mencionados estariam em consonância com o pensamento neoliberal, pois ao negarem a forma agonística inerente ao político, estes parecem não perceber que concorrem para

validação de um pensamento antagonista, que, ao fim e ao cabo, culmina em um pensamento unitário já que, nesse modelo, uma das partes tende a eliminar a outra. No final do capítulo, a autora ainda analisa o fenômeno do “Novo Trabalhismo”, característico da renovação da social-democracia, procurando demonstrar a relação deste com o ideário neoliberal.

No terceiro capítulo, “Atuais desafios da visão pós-política”, Mouffe dedica-se a explorar o deslocamento da distinção nós/eles da esfera política para a esfera moral, bem como suas conseqüências no plano político interno e externo, focando, em especial, o populismo de direita e o terrorismo. Os exemplos selecionados pela autora são variados, indo desde Partido da Liberdade Austríaca (Áustria) até Vlaams Belang (Bélgica) e o Front Nacional (França). Sua intenção é justamente demonstrar os riscos que uma perspectiva consensual pode oferecer ao campo da democracia política. Isto porque, argumenta a autora, o êxito desse tipo de populismo de direita repousa na supressão das fronteiras entre direita e esquerda, sacrificando assim o debate agonístico, pondo em risco a própria democracia. A reação ao crescimento desses partidos e organizações políticas populistas de direita, quase sempre restrita à condenação moral, mostra-se incapaz de superar os antagonismos e gerar uma forma agonística de expressão política. O resultado disso: o oponente já não é pensado como adversário, mas como inimigo. No que se refere ao terrorismo, Mouffe chama atenção para os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 à luz da teoria de Carl Schmitt, e crava que o terrorismo é resultado de uma reconfiguração do político no plano internacional, que, a partir dos anos de 1990, engendrou uma nova ordem mundial calcada em uma única superpotência, a saber, os Estados Unidos. Coincidentemente, a proliferação dos grupos terroristas só cresceu depois disso. Na leitura de Mouffe, isso se deve ao fato de que a ausência de pluralidade no campo político – que impede que os conflitos assumam um caráter agonístico – facilita o surgimento de uma disputa entre inimigos – no sentido schmittiano –, onde se admite, inclusive, a eliminação física do oponente.

O título do quarto e último capítulo, “Qual ordem mundial: cosmopolita ou multipolar?”, reflete a abordagem pretendida por Mouffe. Trata-se, pois, de indagar que tipo de perspectiva o mundo contemporâneo deve assumir. Há, aqui, uma distinção fundamental para a compreensão do que está em jogo. Isto porque, na ótica da autora, os defensores de um mundo cosmopolita esbarram na ideia de uma ordem social mundial integrada, negando, assim, o pluralismo necessário e inerente ao exercício democrático. Não por acaso, Mouffe inicia este capítulo analisando o chamado transnacionalismo democrático. A ideia, tão difusa entre pensadores de diferentes matrizes teóricas tais como Daniele Archibugi, David Held, Michael

Hardt e Antonio Negri, de que a democracia pode ser cosmopolita, isto é, estendida a todos os países, nações e culturas, é, para a autora belga, equivocada, pois, em última instância, a ideia de uma sociedade global, baseada em um modelo único de governança e sem antagonismos, nega o agonismo necessário à verdadeira democracia. Por isso, a autora advoga a necessidade de uma ordem mundial multipolar, pois, em sua leitura, só uma sociedade plural, que garanta o debate sadio entre pólos e visões distintas pode, de fato, ser chamada de democrática.

Por isso, em sua “Conclusão”, Mouffe destaca o fato de que o debate agonístico não pode se dar em torno de demandas que invalidem a própria democracia, ou seja, de demandas que questionem suas instituições básicas, já que a planificação das posições políticas tende a negar a própria noção de política. Nesse sentido, reconhecer as relações entre entes políticos específicos, tanto em termos nacionais quanto em termos partidários, constitui uma saída necessária à democracia.

Aqueles que, após a derrocada do socialismo no Leste Europeu nos anos de 1990, acompanharam as discussões na área da teoria política, viram emergir uma série de teorias, que, por diferentes caminhos, apontavam para a superação dos antagonismos no campo político, sobretudo a velha dicotomia entre direita e esquerda, seja por meio de uma “terceira via” – tal como Anthony Giddens – ou de uma ética racional, calcada em valores universais, constituída no exercício da dialogicidade – conforme Jürgen Habermas. Ambas as perspectivas, no entanto, têm em comum o fato de sacrificarem os antagonismos típicos do campo político em favor de uma sociedade sem conflitos. Segundo Mouffe, em ambos os casos, a grande dificuldade é justamente essa: tentar superar aquilo que, em essência, define a política. O mérito de Mouffe reside em sua capacidade de definir a essência do político, a saber, a pluralidade de pensamento. Qualquer posição que sacrifique isto, em nome, por exemplo, de uma conjuntura unitária, estará concorrendo para a destruição da própria democracia. Porém, dizer que a democracia deve ser plural não significa que os diferentes devem se considerar inimigos, mas apenas adversários. Particularmente, penso que este trabalho ajuda-nos a pensar sobre os limites da esquerda e da direita radicais, que, quase sempre, ignoram a noção de pluralidade. Por outro lado, é difícil pensar que o modelo adversarial possa tornar-se hegemônico sem desvirtuar-se em um modelo antagonístico, pois a radicalidade da luta entre os que mantêm o poder – seja em termos locais ou

em termos nacionais – parece sempre voltar-se para a eliminação do rival. Com efeito, as fronteiras entre antagonismo e agonismo, conceitos caros à autora, não são fáceis de ser estabelecidas no plano da realidade política e social, visto que os fatores que deterioram a relação adversarial, convertendo-os em uma relação amigo/inimigo – por exemplo, os fatores econômicos – são poderosos e, por vezes, incontroláveis.

Recebido em: 07 de set. 2016.

Aceito em: 15 de out. 2016.